



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11379 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 01 - Educação Intercultural e Decolonialidade na Amazônia

“VALORIZE O SEU FUÁ”: NARRATIVAS SOBRE EXPERIÊNCIAS COM A DIVERSIDADE CULTURAL E ÉTNICO-RACIAL

Iêda Oliveira Mota - UEPA - Universidade do Estado do Pará

Marta Genú Soares - UEPA - Universidade do Estado do Pará

“VALORIZE O SEU FUÁ”: NARRATIVAS SOBRE EXPERIÊNCIAS COM A DIVERSIDADE CULTURAL E ÉTNICO-RACIAL

INTRODUÇÃO

Este ensaio é parte de um conjunto de ações desenvolvidas no Instituto Federal do Pará – IFPA – Campus Paragominas, que tem por objetivo a construção de uma educação descolonizadora e intercultural em diálogo com a Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003). Nele, analisa-se parte de um processo de descolonização do currículo escolar com a afirmação de identidades dos participantes de um concurso de cabelo afro denominado “*Valorize o seu fuá*”.

Ao longo dos anos, um conjunto de representações a partir do fenótipo negro construiu subjetividades negativas da população negra, provocando muito mais do que a ação de motivações pessoais para atitudes racistas, contribuiu com uma estrutura de pensamento na qual o racismo é parte de um processo social, histórico e político que elabora mecanismos para que pessoas ou grupos sejam discriminados de maneira sistemática (ALMEIDA, 2018).

Desconstruir essas subjetividades construídas em práticas institucionais, históricas, culturais e interpessoais na sociedade é um dos objetivos das políticas de ações afirmativas, como a Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) que tornou obrigatório o ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos da Educação, posteriormente alterada pela Lei nº 11.645/2008. Segundo Gomes (2019, p. 67) “mais do que uma iniciativa do Estado, essa lei deve ser compreendida como uma vitória das lutas pelo Movimento Negro Brasileiro em prol da educação.” A vigência da nova lei alterou a Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), passando a incluir os artigos 26-A, 79-A e 79-B, este último institui no calendário escolar o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

A Lei 10.639/03 promove a correção legal de um erro histórico que favorece, na base curricular da educação brasileira, outra perspectiva inclusiva e diversa para a construção de uma educação antirracista pautada no diálogo intercultural, o que exige colocar em evidência os sujeitos, as histórias, os conhecimentos, os saberes da diversidade cultural que coabitam os espaços educacionais, especialmente do povo negro que sempre esteve em um lugar de subalternidade e inferioridade, por meio de práticas educativas emancipatórias, que pense a sociedade brasileira como pluriétnica e multirracial.

Nessa direção, um grupo de professoras/es do IFPA – Campus Paragominas, desde 2017, realiza uma série de ações interdisciplinares voltados para a História da Cultura Afro-brasileira e Indígena no sentido de trabalhar com a diversidade cultural e étnico-racial para a superação do sistema monocultural do conhecimento, incluindo-se as artes, as literaturas, as ciências, e as epistemologias contra hegemônicas e racistas. Durante o ano letivo de desenvolvia-se um conjunto de atividades, entre elas, literatura, seminários, produções textuais, oficinas, danças, com a finalidade de promover reflexões para a compreensão de qualquer processo de alienação, criando formas de resistências e o fortalecimento de identidades.

O presente texto dá visibilidade a uma dessas ações, um concurso de cabelo afro denominado “Valorize o seu fuá”, realizado em culminância ao Dia da Consciência Negra (2020). Para tanto, analisa-se as narrativas dos participantes do concurso frente ao seu processo de transição capilar a partir da interlocução com a Lei 10.639/03 e os referenciais teóricos que discutem a educação intercultural na perspectiva crítica. Para a socialização do tema, as narrativas foram categorizadas com o objetivo de identificar as implicações de uma cultura racista desenvolvida na educação e pelas relações sociais, a qual se estrutura nos contextos em que o povo preto convive.

2 A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL – DIÁLOGOS COM AS DIFERENÇAS

Em sociedades multiculturais como a nossa, constituídas por uma diversidade de povos, entre eles grupos étnico-raciais, e estruturada por meio de relações assimétricas de poder, sob condições de escravização, exploração, subalternização e desumanização, a imposição de formas únicas de existência leva a exclusão de muitos grupos. As hierarquizações que determinam categorias sociais em processos de humanização/desumanização, inclusão/exclusão, vida plena para uns e a eliminação de outros, construídas a partir da invasão das Américas, não terminaram com a independência dos países latino-americanos.

Para o filósofo peruano Aníbal Quijano (2000), a colonialidade tem se destacado como uma importante categoria dentro dos estudos decoloniais, em diferentes áreas, para problematizar a continuidade do colonialismo como forma de dominação colonial, manifestada principalmente a partir da ideia de raça, e dando sustentação às relações de poder que classificam e hierarquizam lugares e gentes, as práticas de colonialidade seguem os

parâmetros dos que se julgam superiores e mais civilizados.

Diante dessas construções sociais, a interculturalidade, termo que se origina no contexto educacional na América Latina, mais precisamente, com referência à educação escolar indígena ao apresentar como referência epistemológica a diversidade cultural, expressada pela interação, diálogo e a inter-relação entre as diferentes culturas tem se configurado como um movimento contra hegemônico diante dos modelos vigentes na sociedade.

Para Catherine Walsh (2019), professora da Universidad Andina Simon Bolívar (sede do Equador) e especialista no tema, a interculturalidade se propõe a construir um outro modelo de sociedade, que se estrutura, em primeiro lugar, de um movimento étnico social mais do que de uma instituição acadêmica; depois, porque reflete um pensamento que não se baseia nos legados coloniais eurocêntricos e nem nas perspectivas da modernidade; e, finalmente, porque não se origina nos centros geopolíticos de produção do conhecimento, ou seja, do norte global (WALSH, 2019, p. 9-10).

A autora, acima citada, ao analisar os contextos educacionais, reconhece a presença de três diferentes manifestações de educação intercultural, as quais classifica em: relacional, funcional, e interculturalidade crítica. Esta última, questiona as relações de poder que atravessam as diferenças e desigualdades construídas ao longo da história entre diferentes grupos socioculturais, étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, religiosos, entre outros.

Da mesma Forma, Candau (2016) ao assumir a perspectiva da interculturalidade crítica como caminho para a construção de sociedade mais democrática, plural e humana, com fundamento no respeito e no diálogo com as múltiplas formas de existências, pontua algumas das suas características: promove a inter-relação entre os diversos grupos culturais; compreende as culturas como dinâmicas e históricas; identifica a existência na sociedade, de um processo de hibridização cultural; entende que as relações culturais envolvem relações de poder; vincula as questões da diferença e da desigualdade social; promove o reconhecimento do “outro” visando o diálogo entre os diferentes grupos sociais (CANDAU, 2016, p. 20).

Observa-se que as concepções que fundamentam a educação intercultural crítica rompem com práticas instrumentadas de negação das múltiplas diferenças étnicas, sociais, culturais, geográficas, religiosas e econômicas, como marcas de diferenças e se apresentam como formas de intervenção entre o campo epistemológico, político e o social. Nesse interim, constitui-se como alternativas, em oposição aos modelos vigentes de pensar e construir a educação e, também, para a ruptura com práticas pedagógicas materializadas nos espaços educativos, haja vista que tais modelos, em sua maioria, estão a serviço dos padrões hegemônicos de poder.

3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS - HISTÓRIAS OUTRAS

A pandemia provocada pela Sars-CoV-2 (COVID-19), modificou o processo ensino-

aprendizagem, exigindo das instituições educativas adaptações metodológicas, incluindo-se os eventos culturais. Nesse interim, o consolidado evento alusivo ao Dia da Consciência Negra, no IFPA – Campus Paragominas, foi realizado de forma on-line, pelas redes sociais oficiais do IFPA Campus Paragominas, Instagram e Facebook.

Para participar do concurso as/os alunas/os deveriam enviar duas fotos evidenciando seus cabelos (frente e perfil); termo de autorização do uso de imagem; além de um relato narrando seu processo de aceitação capilar. Participaram do concurso seis alunas e três alunos do Ensino Médio Técnico em Informática e Meio Ambiente, dos quais analisamos as narrativas.

Conscientes de que em torno da manipulação do cabelo do negro existe uma história ancestral, uma memória e, também, significações e tensões construídas no contexto das relações raciais e do racismo brasileiro, a idealização do concurso de cabelo afro foi concebida em diálogo com essas interseções. Partindo dessa compreensão, o concurso não se materializou como uma ação isolada, constituiu-se fruto de ações anteriores como rodas de conversas e oficina de penteados afros, tais atividades visibilizavam a compreensão dos processos históricos e culturais que envolvem a estética do cabelo do negro e a afirmação de identidades.

Para Gomes (2003, p. 174) “o cabelo é um dos elementos mais visíveis e destacados do corpo”, quando se trata do cabelo afro, esse destaque vem associado a palavras negativas, como feio, duro, pixaim ou simplesmente “cabelo ruim”. Tais representações são confirmadas por Vianna (2012), em sua pesquisa intitulada “*O Feio da raça*”, na qual constatou que dentre as características fenotípicas dos negros, o cabelo é considerado a mais feia a partir do olhar dos brancos.

Essas concepções negativas que incidem sobre o cabelo do negro provocam desde muito cedo sentimentos de inferioridade, negação e o desejo de aproximar-se do padrão aceito na sociedade, do cabelo liso. Como fica evidenciado nos relatos das/os participantes do concurso.

Desde pequena fui aprendendo que eu só era bonita com o cabelo liso (Lilian Tatielle).

A minha infância inteira eu não tive uma referência, sempre tive em mente que cabelo liso fosse o padrão, sempre achei mais bonito, mais arrumadinho (Júlia Gabrielle).

Tentei alisar várias vezes pra entrar no padrão que as pessoas queriam me ver (Laura).

As mulheres negras, no processo de socialização, são levadas a alisar o cabelo pois, desde cedo sofrem discriminação, na pesquisa de Ângela Figueiredo (1994) “Beleza pura: símbolos e economia ao redor do cabelo do negro”, realizada em Salvador, o cabelo é algo de grande relevância no dia a dia das mulheres negras, com gastos significativos para manter o “cabelo bonito”. Como o conceito de beleza é construído socialmente, tanto as mulheres negras de Salvador quanto as alunas do IF de Paragominas, vivenciaram os incômodos tanto

externo, provocado pelos brancos, quanto internos, na busca de se adequarem ao padrão de beleza vigente.

O cabelo natural, crespo, é uma das marcas identitárias da população brasileira, mas, ao longo da nossa história encontramos formas de invisibiliza-lo, apagá-lo ou aproximá-lo aos padrões europeus. A negação dos cabelos de nossas alunas e a busca do cabelo liso, não é algo do individual, mas reflexo da estrutura racista da nossa sociedade que relaciona a negritude a termos como feio, sujo, sentimentos que se constituem a partir da imagem do sistema dual colonial, onde o branco, o belo, é a representação do limpo, do que é aprazível de se ver.

A militância negra teve um papel fundamental, ao militar também sobre a estética do cabelo negro, ao adotar o cabelo natural, como afirmação da identidade negra, e contrapor se a política do embranquecimento (CUNHA, 1991). Nesse processo, o concurso “Valorize o seu fuá”, surge como uma prática educativa que fortalece e afirma as identidades historicamente inferiorizadas, invisibilizadas e subalternizadas, e contribui para o respeito e diálogo com as diferenças, e a afirmação de identidades positivas em relação ao cabelo.

No entanto, o processo identitário é conflituoso e complexo e, ao mesmo tempo, tenso, pois envolve o eu e o outro, a busca da identidade é uma constante negociação durante toda a vida, sempre em diálogo entre os diferentes sujeitos, o nós e o outro (GOMES, 2019).

Eu não conseguia me adaptar ao volume e então estava sempre com ele amarrado e bastante apertado (...) durante as aulas costumava pedir frequentemente para ir ao banheiro molhar e diminuir o volume, até que um professor percebeu e com muita educação disse que eu não precisava fazer isso e que não era nada saudável para o couro cabeludo, foi nesse momento que meu pensamento começou a mudar e me tornei mais livre. Hoje em dia eu brinco que foi o volume do meu cabelo que me aceitou e não eu (Lohana).

Para não desistir da transição resolvi investir nas *box braids*, antes usava para disfarçar as duas texturas do cabelo, hoje uso por fazer parte da minha identidade, do meu verdadeiro eu (Lilian Tatielle).

Observamos nos relatos acima que o processo de aceitação do cabelo afro promoveu o empoderamento, elevação da autoestima e a afirmação da identidade negra como movimento de resistências frente a padronização de formas únicas de existência. Além disso, destacamos a importância de referências positivas nesse processo, que vão desde o encorajamento por meio de palavras, provenientes de um professor, amigos/as, às representações de outros sujeitos que passaram pelo mesmo processo de ruptura com o padrão hegemônico.

Para Bento (2012) por meio da luta do movimento negro encontramos os reflexos de uma geração que hoje, vê no cabelo afro e cacheado a marca da sua identidade, desconstruindo os estereótipos sobre o cabelo negro como símbolo de feiura e transformando-o em símbolo de resistência e a valorização de uma estética negra.

O que falar do meu cabelo? Acho ele, lindo, maravilhoso, a parte mais bonita de mim (Me deixa um gatão). Minha transição foi uma verdadeira luta, não conhecia nada de cabelos cacheados. Sempre tinha cortado o cabelo baixinho e tentava imitar o estilo de penteado dos lisos (O que nunca deu certo). Um dia, inspirado em amigas minhas que

passaram por transições, tomei a iniciativa de deixar meu cabelo crescer, no início tive que passar não só por uma aceitação individual, mas também, por uma familiar, mas com o apoio das cacheadas mais lindas de PGM e da minha irmã, hoje eu amo o meu fuá e não pretendo abandoná-lo tão cedo (André).

Para Munanga (2009, p. 19) “a recuperação dessa identidade começa pela aceitação dos atributos físicos de sua negritude antes de atingir os atributos culturais, mentais, intelectuais, morais e psicológicos, pois o corpo constitui a sede material de todos os aspectos da identidade”. O processo de aceitação do cabelo trouxe o regate da autoestima, da valorização dos fenótipos negro, onde a cor da pele é/foi acompanhada de um conjunto de estereótipos negativos que inferiorizavam os negros.

Levei bastante tempo para conseguir finalmente aceitar e me descobrir. Então percebi que meu cabelo é lindo, símbolo de identidade e resistência! E que não existia nada de errado com ele, as pessoas que são erradas (Tharles).

Na fala das/os alunas/os encontramos o processo de reapropriação de uma estética negra, que por muitos anos foi considerada uma das marcas fenotípica que mais desagradava os brancos, o cabelo. No período pós-abolição, o padrão dominante era o cabelo alisado, neste momento já encontrávamos a negação do fenótipo negro, conseqüentemente a perda da identidade das mulheres negras.

A educação intercultural na perspectiva crítica, a partir dos fundamentos que a constituem, se apresenta como alternativa em oposição aos modelos vigentes de pensar e construir a educação e, também, para a ruptura com práticas pedagógicas materializadas nos espaços educativos, haja vista que tais modelos, em sua maioria, estão a serviço dos padrões hegemônicos de poder.

Considerações Finais

As reflexões produzidas por meio dos relatos das/os participantes do concurso de cabelo afro, para além dos padrões estéticos, das questões ligadas à beleza negra, bem como em educar sujeitos para se reconhecerem como portadores de beleza, evidenciaram a urgência de práticas pedagógicas antirracistas no espaço escolar. Uma vez que o racismo é estrutural, muitos se deparam com experiências racistas ainda na infância, as marcas deixadas provocam medos, angústias, a negação do próprio ser, uma vez que o racismo não é simplesmente falado, mas sentido enquanto dor.

As/os alunas/os do Instituto Federal de Paragominas, assim com tantos outras jovens negros brasileiros, fazem parte de um movimento diaspórico, onde a descolonização do conhecimento do saber e do poder proporciona descolonizar o próprio corpo, que reflete na estética do cabelo. O cabelo, como parte do fenótipo do corpo negro, ao assumi-los, torna-se símbolo da resistência e parte da identidade negra.

Identificamos que assumir o cabelo crespos foi uma forma de questionar os padrões hegemônicos de beleza eurocêntrico, ao mesmo tempo uma forma de resistência individual, que influenciou outras a assumirem esta ferramenta de expressão. Assim, a prática pedagógica

“meu Fuá tem poder” ao valorizar o cabelo crespo, trouxe o processo de transformação que ocorreu na vida social e na subjetividade ao produzir uma nova autoimagem das alunas.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BENTO, Luane. Uso de imagens sobre os cabelos crespos das mulheres negras, 20f. 29 Artigo, **PPGSD-UFF**, Niterói, 2012. Disponível em:

https://www.academia.edu/31039175/Usos_e_imagens_sobre_os_cabelos_crespos_das_mulher

BRASIL. Lei 10639, de 09/01/2003: **Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"**. Brasília: Ministério da Educação.

BRASIL. Lei 9394, de 24/12/1996: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Ministério da Educação.

CANDAU, Vera Maria. “Ideias-força” do pensamento de Boaventura de Souza Santos e a educação intercultural. In: CANDAU, V. (org). **Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação “outra”?** Rio de Janeiro: 7 Letras; GECEC, 2016.

CUNHA, Olivia Gomes da. **Corações Rastafari**. Lazer, Política e Religião em Salvador (Dissertação de Mestrado). PPGAS.UFRJ Rio de Janeiro. 1991.

FIGUEIREDO, Ângela. **Beleza pura: símbolos e economia ao redor do cabelo do negro** (Monografia) Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, 1994.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 3. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra, e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude usos e sentidos**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009 (Coleção cultura Negra e Identidade).

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global/Ação Educativa, 2006.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005. p. 107-130

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)**. V. 05, N. 1, jan-jul., 2019.

VIANA, Hildegards. **A Bahia já foi assim**. São Paulo: Mestres, 2012.